

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAAT

MILENA MOARA DO PRADO SILVEIRA

RA 1516110

A inclusão do aluno autista: dificuldades encontradas pelos docentes.

ATIBAIA – SP

2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAAT

MILENA MOARA DO PRADO SILVEIRA

RA 1516110

A inclusão do aluno autista: dificuldades encontradas pelos docentes.

Trabalho de conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia da UNIFAAT – Universidade Faculdades de Atibaia, sob orientação do Prof. Dr. Geraldo Antônio Fiamenghi Júnior.

ATIBAIA – SP

2020

Silveira, Milena Moara do Prado
S589i A inclusão do aluno autista: dificuldades encontradas pelos docentes. /
Milena Moara do Prado Silveira, - 2020.
30 f.; 30 cm.

Orientação: Geraldo Antônio Fiamenghi Júnior

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Centro Universitário
UNIFAAT, como requisito para obtenção do título de Bacharel em
Psicologia da Faculdades Atibaia, 2020.

1. Inclusão 2. Autismo infantil 3. Escola I. Silveira, Milena Moara do
Prado II. Fiamenghi Júnior, Geraldo Antônio III. Título

CDD 150.195

Ficha elaborada por Aline de Freitas - CRB8 8860

MILENA MOARA DO PRADO SILVEIRA

A inclusão do aluno autista: dificuldades encontradas pelos docentes.

TERMO DE APROVAÇÃO

Trabalho apresentado como exigência para conclusão do Curso de Psicologia, avaliado pelo professor orientador responsável, Dr. Geraldo Antônio Fiamenghi Júnior, que após análise, considerou o trabalho aprovado, com conceito 10,0 (dez).

Atibaia, 01 de dezembro de 2020.



Prof. Dr. Geraldo Antônio Fiamenghi Júnior

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que me deu forças durante os anos, a minha família e duas pessoas especiais em minha vida, Sandra Maximiano, colega de turma e amiga de vida, e Erick Porto, que me apoiou nos momentos de aflição. Devo agradecer também ao corpo docente da Universidade UNIFAAT, que contribuíram imensamente com nossa formação.

Em especial Geraldo Antônio Fiamenghi Jr, meu supervisor de TCC e de diversos estágios, sendo sempre atencioso, paciente e buscando sempre o melhor para nós. Bem como Ana Cláudia Verzolla, que se tornou nosso alicerce durante esses cinco anos, sempre nos amparando e auxiliando no que fosse necessário, seja como professora, supervisora, coordenadora ou amiga. O desejo é e continua sendo poder me tornar parte do que são.

Por fim, agradeço a todos os envolvidos, direta ou indiretamente durante esses cinco anos de curso, nos estágios e na construção do TCC.

“Que maravilhoso é que ninguém precise esperar nem um só momento antes de começar a melhorar o mundo.”

Anna Freud

SILVEIRA, M.M.P. **A inclusão do aluno autista: dificuldades encontradas pelos docentes.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Curso de Psicologia, UNIFAAT, 2020.

RESUMO

Este trabalho foi realizado de forma qualitativa com olhar psicanalítico, através da revisão bibliográfica, para identificar as principais dificuldades no processo de inclusão de crianças autistas. Analisou-se materiais teóricos referentes à inclusão destes alunos, buscando identificar as principais dificuldades encontradas pelos docentes no momento de inclusão em ensino regular. Fica claro que os docentes não possuem uma formação que os capacite a lidar com alunos com necessidades educacionais especiais, necessitando que busquem meios de capacitação fora da graduação. É importante que todos os profissionais envolvidos se capacitem, já que deve haver um trabalho conjunto. Devem ainda, ressaltar as potencialidades de cada aluno, sem focar apenas em suas dificuldades, como acontece. Por fim, fica clara a necessidade de obter um olhar cuidadoso e diferenciado com o aluno autista, a fim de contribuir para sua autonomia bem como para sua aprendizagem escolar.

Palavras-chave: Inclusão, autismo infantil, escola.

SILVEIRA, M.M.P. **Inclusion of students with autism: burdens faced by teachers.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Curso de Psicologia, UNIFAAT, 2020.

ABSTRACT

This work was developed in a qualitative method, within a psychoanalytical framework, through literature review aiming to identify the main burdens in the process of inclusion of autistic children. Research concerning the inclusion of that population was analyzed, searching to identify the main difficulties teachers face at the moment of inclusion in mainstream education. It is clear that teachers do not have qualifications that instrumentalize them to deal with special needs students, forcing them to look for training outside college. It is important that all staff involved receive training as the work must be collaborative. They must stress the potentialities of each student, without focusing in their limitations, as common. That is why it is adamant to reach a careful and differentiated look to the child with autism, in order to help his/her autonomy and school learning.

Keywords: Inclusion, child autism, school.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	7
1. INTRODUÇÃO	9
1.1 O Autismo	9
1.2 A Inclusão Social	13
2. OBJETIVO	18
3. MÉTODO	19
4. DISCUSSÃO	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

1.1 O Autismo

De acordo com o DSM-V (APA, 2014), o Transtorno do Espectro Autista possui uma etiologia variada, contendo defasagens relacionadas ao desenvolvimento intelectual, geralmente acompanhadas de comportamentos repetitivos, insistência em comportamentos específicos como as rotinas e déficits relacionados diretamente à interação social.

Além dos fatores apresentados anteriormente, o indivíduo com autismo demonstra certa dificuldade em compreender, desenvolver e manter relacionamentos afetivos, o que fez com que Kanner (1894-1981), em 1943 (apud VIEIRA, BALDIN, FREIRE, 2015), utilizasse inicialmente o termo 'distúrbio autístico do contato afetivo' para referir-se a crianças que apresentavam comportamentos do gênero na época, que havia sido caracterizada anos antes, em 1911, pelo psiquiatra Eugen Bleuler (apud AMY, 2001) como sendo uma esquizofrenia infantil com uma vivência única em seu interior, sem muito contato com a realidade propriamente dita. De acordo com Roudinesco e Plon (1998), Kanner classificou como uma patologia caracterizada pela dificuldade do indivíduo de se relacionar com o meio desde seus primeiros dias de vida. Apresenta ainda sinais clínicos que permitiam o reconhecimento do autismo nos indivíduos, sendo eles um surgimento precoce dos distúrbios, notáveis nos dois primeiros anos de vida, um isolamento excessivo, a imobilidade das coisas/pessoas, os gestos estereotipados, que são citados por Cunha (2019) como causadores de possíveis atrasos no desenvolvimento motor,

principalmente com relação aos movimentos finos, e o mais notável à população, os distúrbios relacionados à linguagem.

Segundo Vieira, Baldin e Freire (2015), não existe um exame para diagnosticar o indivíduo como autista, sendo utilizados assim, dados obtidos no Manual Estatístico e Diagnóstico da Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2014). Para que esse diagnóstico possa ser feito, é necessário que o sujeito apresente ao menos 6 dos critérios apresentados pelo manual. Referem, ainda, como exemplo, um prejuízo na interação social, atrasos no desenvolvimento da linguagem, bem como na capacidade de iniciar e manter uma conversação, entre outros. O maior prejuízo encontrado em crianças com o espectro está relacionado à comunicação, seja ela verbal ou não-verbal. Em alguns casos, essas crianças desenvolvem alguma habilidade ou recurso para se comunicarem na ausência de fala, tal como os desenhos, gestos ou sons.

Além de haver um acentuado comprometimento do uso de múltiplos comportamentos não verbais (contato visual, direto, expressão facial, posturas e linguagem corporal) que regulam a interação social e a comunicação, pode ocorrer também atraso ou ausência total do desenvolvimento da linguagem falada. Nos indivíduos que chegam a falar, existe a chance de haver um acentuado comprometimento na capacidade de iniciar ou manter uma conversação e a ecolalia, que é a repetição mecânica de palavras ou frases. (CUNHA, 2019, p. 26-27)

Vieira, Baldin e Freire (2015), citam uma linguagem imatura, caracterizada por jargões, ecolalia, reversões de pronomes, prosódia anormal, entre outros. Kanner (apud AMY, 2001) aponta como uma característica presente nos indivíduos com o transtorno a dificuldade relacionada a mudanças, o que chama

de 'desejo de imutabilidade', ou seja, a vontade presente nesses indivíduos de que as coisas permaneçam sempre do mesmo modo, não sendo desejadas modificações. Levando em consideração as características apresentadas anteriormente, de acordo com Cunha (2019), o sujeito com o espectro, passa a criar maneiras próprias para lidar com o meio como um todo, desde as primeiras relações com os pais, o que faz com que apresentem problemas relacionados à cognição, escrita, reflexos na fala, entre outros mais.

Tustin (1984) ressalta uma atenção focalizada em ritmos e sensações direcionadas ao corpo do indivíduo, ou seja, o indivíduo com o transtorno experimenta objetos e outros indivíduos como parte de seu próprio corpo, não sendo eles considerados únicos e possuidores de sua própria existência e significado. De acordo com o autor as pessoas e as coisas

São experimentadas como uma extensão das atividades corporais e em termos de experiência sensual delas, particularmente as experiências sensuais de toque. Em resumo, autismo é o estado em que a experiência não é diferenciada ou objetivada em qualquer extensão apreciável (TUSTIN, 1984, p. 14).

Tustin (1984), afirma ainda que, quando bebê, o indivíduo cria uma versão da mãe 'não-eu', que está à sua disposição para quando a mãe física não se fizer presente, pois segundo a autora, isso se trata de uma construção da mente do indivíduo, o que o permite acessá-la quando desejar.

Cunha (2019) evidencia o que o pediatra Hans Asperger, em 1944, denominou como uma síndrome relacionada ao autismo, o estado em que o indivíduo não é portador de deficiências mentais, atrasos ou prejuízos na

linguagem, mas que possui certa dificuldade em interagir com o mundo externo e é relutante quanto a novas ideias. De acordo com suas ideias, o indivíduo com a síndrome, exibia uma inteligência superior à dos outros indivíduos, possuindo facilidade em atividades que demandassem lógica e abstração, o que fazia com que direcionassem seus interesses a temas específicos e atividades complexas, o que faz com que sejam considerados autistas de alto funcionamento, levando posteriormente seu nome, sendo conhecida então como *síndrome de Asperger*.

Pensando na inclusão de pessoas com o espectro, especificamente nas crianças, de acordo com Camargo e Bosa (2009 apud VIEIRA, BALDIN, FREIRE, 2015) poucas crianças autistas encontram-se inseridas no ambiente escolar com relação às demais crianças, tenham elas quaisquer outras comorbidades ou não. Apresentam como possível motivo a falta de preparo dos profissionais inseridos no ambiente escolar. Ressaltam ainda, a importância em realizar uma inclusão efetiva das crianças em questão, uma vez que isso virá a contribuir para que se sintam preparadas a conviver em uma sociedade em que existem crianças com diversas especialidades e diferenças.

Segundo Cunha (2019, p. 32), “o grande foco na educação deve estar no processo de aprendizagem e não nos resultados, pois, nem sempre, eles virão de maneira rápida e como esperamos.” Ressalta ainda a importância de se trabalhar com esses alunos de forma individual, normalmente realizada em salas de recursos, como a de professores do AEE (Atendimento Educacional Especializado), e nas salas de convívio comum, até para que se favoreça a sociabilidade.

1.2 A Inclusão escolar

A inclusão escolar ganha ressalva especial no artigo 208 da Constituição Federal (BRASIL, 2009), em que ao tratar sobre o dever do Estado para com a educação e sua garantia, afirma que as pessoas portadoras de quaisquer que sejam suas deficiências, possuem direito de atendimento especializado, dando preferência às redes de ensino regulares, retomando o assunto que já havia sido abordado em 1990, na Conferência Mundial de Educação para todos, que ocorreu em Jomtien, na Tailândia e em 1994 em Salamanca, na Espanha, como afirmam Mazzota e D'Antino (2011).

A Declaração de Salamanca (1994) deixa claro que os indivíduos com necessidades especiais devem frequentar normalmente as aulas regulares, a fim de atingir um nível adequado para sua faixa etária com relação à aprendizagem. Além disso, afirma que programas educacionais devem ser desenvolvidos pensando na diversidade de público existente no ambiente escolar e, para isso, julga necessário o aperfeiçoamento da rede de ensino, bem como dos docentes nela inseridos.

A Lei de nº 9.394/96, que visa estabelecer diretrizes e bases da educação, traz no Art. 58 ressalvas sobre a educação especial, garantindo o direito de alunos portadores de deficiências, transtornos relacionados ao desenvolvimento ou superdotação, o direito ao ensino em redes regulares (BRASIL, 1996), fatos esses retomados na Constituição Federal (BRASIL, 2009).

Cunha (2019), evidencia alguns pontos presentes no Art. 58, tais como, serviços de apoio às crianças com necessidades especiais caso faça-se necessário, atendimentos especializados quando a inserção do aluno não for possível nas salas de convívio social e a oferta à educação especial ser um dever constitucional. Segundo o autor

nota-se que, no ideário da lei, há a intenção de contemplar uma educação inclusiva, pois ela expressa que a Educação Especial deve ser “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino”, manifestando o propósito de incluir o aluno, sempre que possível, nas classes comuns do ensino regular. (CUNHA, 2019, p.98)

Serra (2004) traz como ponto importante a diferenciação que deve ser levada em conta entre os termos ‘inclusão escolar’ e ‘integração escolar’. Segundo a autora, os termos são considerados sinônimos, quando na verdade trata-se de processos distintos. A integração escolar trata de uma possível inserção do aluno em um ambiente que já está moldado, devendo ele adaptar-se a essa estrutura. Já a inclusão escolar demanda uma adaptação escolar, educacional e do ponto de vista profissional dos docentes em fazer com que o aluno possa fazer parte deste ambiente, levando em consideração suas especificidades, ou seja, faça com que ele seja incluído no ensino, o que para a autora significa “uma mudança de postura e de olhar a cerca da deficiência” (SERRA, 2004, p.28).

Kafrouni e Pan (2001), apresentam também essa diferenciação. Trazem a perspectiva da ‘integração’ como uma estrutura de convívio menos restritiva, garantindo aos portadores de quaisquer necessidades especiais o convívio nos

diversos meios sociais. Já a 'inclusão', é marcada pelos autores como um ato em que os valores, as perspectivas e as atitudes da sociedade para com os outros são moldadas a fim de proporcionar aos indivíduos uma nova interação social.

Segundo Serra (2004), as instituições escolares, muitas vezes enxergam a matrícula de alunos especiais como um processo de inclusão, quando na verdade, esse processo inicia-se a partir do momento em que há uma aprendizagem, sendo necessário para tal práticas que facilitem a absorção das informações para todos os alunos presentes na instituição. A autora traz à tona a necessidade dos professores se familiarizarem com a inclusão, uma vez que em sua carga de formação, a maioria dos docentes presentes na rede de ensino não vivenciou um contato com o tema abordado. Segundo a autora

Até recentemente, somente os professores que possuíam um interesse pela Educação Especial é que se dirigiam para a formação específica e depois, obviamente, faziam escolhas profissionais ou não que envolviam a Educação Especial. Infelizmente, a demanda da inclusão chega às escolas antes da preparação do professor e a solução tem sido a capacitação do profissional em serviço, através dos programas de formação continuada. (SERRA, 2004, p.29)

De acordo com as ideias de Kafrouni e Pan (2001), os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (N.E.E.) necessitam de professores capacitados e familiarizados com a síndrome, uma vez que além de não obter um conhecimento durante a formação, adotam comportamentos emitidos pela sociedade leiga, que acaba por rotular o diferente como incapaz de convívio

social comum. Porém, em contrapartida, Serra (2004) ressalta a importância de que os profissionais de educação especial também ampliem seus conhecimentos previamente centrados nas características dos alunos com N.E.E.

Kafrouni e Pan (2001) dão ênfase ainda à importância de um apoio interdisciplinar, contando com acompanhamentos além do ambiente escolar, tais como psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, entre outros profissionais que possam contribuir para o processo de inclusão destes alunos, pensamento esse, reforçado por Cunha (2019), que especifica a importância de um trabalho denominado por ele como

um esforço específico, individualizado, planejado e com perfeita sintonia com a família, o que pressupõe profissionais preparados, atualizados e sintonizados com relação ao aprimoramento das suas habilidades e das novas pesquisas sobre a síndrome.” (CUNHA, 2019, p.52)

Seria então a inclusão escolar, um acolhimento de todos os indivíduos no ambiente escolar e em suas dependências, sem distinção entre elas, seja devido à classe social, desenvolvimento psicológico e cognitivo, prejuízos intelectuais, entre outros fatores. Requer ainda, segundo as ideias de Kafrouni e Pan (2001), uma revolução dos paradigmas, sendo necessário algo mais do que apenas inserir pessoas consideradas diferentes em lugares em que não era comum serem reconhecidas ou sequer encontradas. É necessário desmistificar a ideia de que pessoas com necessidades especiais são incapacitadas ou imutáveis, além de enxergar com outros olhos o papel da instituição de ensino nesse

processo, a conscientizando deste papel, o que seria um processo descrito pelos autores como 'uma reviravolta estrutural na sociedade', sendo necessário assim, uma compreensão de que além de um direito dos indivíduos o acesso ao convívio social, é dever da sociedade como um todo contribuir de forma efetiva para que tal fato se concretize.

OBJETIVO

O presente trabalho teve como objetivo compreender teoricamente a inclusão e o Transtorno do Espectro Autista, identificando as principais dificuldades encontradas pelos docentes no processo de inclusão de crianças com o transtorno.

MÉTODO

Para o presente trabalho, utilizou-se do método qualitativo, a partir da revisão da literatura referente ao Transtorno do Espectro Autista e à inclusão, sendo esses analisados conforme olhares psicanalíticos.

DISCUSSÃO

Ao pensarmos então, nos processos de inclusão relacionados às crianças com o transtorno do espectro autista, deve-se lembrar que, como apontam Camargo e Bosa (2009 apud VIEIRA, BALDIN, FREIRE, 2015), os professores bem como os profissionais inseridos no ambiente escolar necessitam de uma atenção especial. Cunha (2019), reforça esse despreparo do profissional da educação, ao citar o incômodo dos professores ao depararem-se com comportamentos como, birra quando contrariados, medo, raiva excessiva, entre outros. De acordo com o autor, o professor precisa aprender a se relacionar com a realidade do mundo autista. Afirma ainda, que nessa relação, “quem aprende primeiro é o professor e quem vai ensinar-lhe é o seu aluno” (CUNHA, 2019, p.33).

Cunha (2019) aponta que os profissionais do ambiente escolar sejam capazes de lidar com alunos de N.E.E., levando em consideração que, muitas vezes o aluno está inserido em um ambiente familiar conturbado, o que influencia a forma como o aluno irá se portar na escola. Para que isso não se torne um empecilho no ensino junto às demais dificuldades encontradas com esses alunos, os profissionais devem encontrar uma forma de cativá-lo, o que só será possível de acordo com o preparo do profissional. O autor afirma ainda que, com a necessidade da educação inclusiva, criam-se leis, mas, nem sempre, existem as possibilidades de preparação daqueles que trabalham na escola.

Sobre o despreparo dos profissionais, Kafrouni e Pan (2001) apresentam a ideia de criar-se um projeto sobre inclusão nas escolas, como forma de enfatizar esse processo a todos os indivíduos inseridos no contexto escolar. Em contrapartida, destacam a necessidade de que haja um melhor preparo dos

professores em sua graduação, ou por meio de especializações para que isso se torne realmente possível, já que seriam eles os responsáveis por se manterem a frente do projeto.

Tais projetos, seriam necessários para identificar e discutir estratégias, que seriam utilizadas para solucionar dificuldades de ensino encontradas pela instituição com relação aos alunos com N.E.E., além de servir também, como uma contribuição para que os profissionais ali inseridos trabalhem de forma conjunta, o que é chamado por Kafrouni e Pan (2001) de 'linha de ação comum'.

De acordo com Serra (2004), para que o aluno com N.E.E. encontre-se de fato incluso nas salas de ensino regular, torna-se necessário esse trabalho conjunto dos professores com os demais profissionais que tenham contato com o aluno. É preciso orientações e assistências de acordo com a especialização e qualificação de cada profissional inserido na educação e preparo deste aluno para a vida adulta para que o docente encontre facilidade para este processo, uma vez que, segundo Kafrouni e Pan (2001), creditar a responsabilidade de uma inclusão bem sucedida somente ao docente não seria viável. Sobre esse ponto, Cunha (2019), afirma que

[...] os problemas da educação não podem ser resolvidos tão somente equipando e atualizando as salas de aula, atendendo às demandas da pós-modernidade, mas deve-se propor uma nova perspectiva de atuação docente para podermos enfrentar o descompasso que há entre o modelo pedagógico emergente e o modelo hegemônico que se institucionalizou na escola através de anos. (CUNHA, 2019, p.117)

Devido à falta de informação sobre o assunto em sua graduação, o profissional de ensino apresenta um certo receio ao trabalhar com alunos com espectro autista, o que é possível notar durante muitos anos. Para que isso não atrapalhe o ensino deste aluno, Cunha (2019) ressalta a importância de que os profissionais busquem aprimorar suas habilidades já existentes com relação ao ensino, busquem mais informações sobre a síndrome e mantenham-se atualizados sobre pesquisas e trabalhos com crianças autistas. Torna-se necessário que tais profissionais se lancem ao desafio de lidar com o que consideram diferente para obterem resultados positivos.

Segundo Cunha (2019), faz-se importante deixar claro ao aluno autista assim que ele chega à instituição, que é bem recebido naquele ambiente e que, além da aprendizagem escolar propriamente dita, tal ambiente irá lhe proporcionar avanços em outros aspectos de sua vida, tais como em suas relações interpessoais, na construção de sua própria identidade, além de contribuir para o desenvolvimento de sua autonomia, que segundo o autor, só é possível na junção de conceitos científicos presentes na abordagem educacional, em conjunto com o amor, uma vez que este de acordo com suas ideias, retira da obscuridade o homem e o restabelece perante seu semelhante. Cunha (2019, p.119) alega ainda que "professores dedicados, que não se negam a ter desafios são inspiradores para os pais. Da mesma forma, pais afetuosos e esperançosos estimulam o professor".

A relação afetiva do aluno autista com o professor é o início do processo de construção da sua autonomia na escola. Ainda que o autista encontre dificuldades para compreender os sentimentos e a subjetividade das pessoas, ele não está desprovido de emoções. (CUNHA, 2019, p. 53)

Pensando em autonomia, Cunha (2019), ressalta a importância de que os profissionais inseridos no ambiente escolar, a entendam como algo que foge tão somente de atividades da escola, caracterizando-se na verdade por proporcionar ao aluno com N.E.E. a independência de realizar atividades cotidianas, tais como vestir-se e despir-se, saber utilizar ferramentas e talheres, realizar atividades básicas de higiene, entre outras, o que fará com que a criança se torne capaz de realizar atividades cotidianas sozinha, deixando assim, de lado seu estado de dependência total. Além disso,

A autonomia dar-se-á, também no âmbito pedagógico quando o aluno realizar atividades por iniciativa própria ou, ainda que haja a ajuda do professor, evidenciar criatividade e capacidade de resolução de problemas. (CUNHA, 2019, p.58)

Cunha (2019), aponta ainda que, por mais que a criança não aprenda e execute perfeitamente o que lhe foi proposto, ainda sim trabalhará sua comunicação, cognição, interação e movimentos, o que faz ainda mais importante o incentivo e o estímulo à autonomia desta criança. Cabe ainda às pessoas próximas, sejam elas pertencentes à família ou ao ambiente educacional, colaborar para que a criança não se sinta frustrada, ou até mesmo tenha que lidar com a sensação de fracasso caso não consiga realizar alguma atividade.

Pensando nisso, Serra (2004) afirma que, para que haja a inclusão de fato, devemos auxiliar as crianças no desenvolvimento de sua autonomia ao ponto que cheguem à idade adulta capazes de realizar atividades rotineiras do

dia a dia, levando em consideração sempre se estamos fazendo bem ou mal a ela. Além disso, acredita que

os educadores tinham três tarefas: reconhecer as capacidades da criança, mostrar-lhe algo que ela tivesse interesse e que pudesse aprender a imitar e propor a autonomia, evitando interferir nos movimentos da criança. Maria Montessori rejeitava a idéia de recompensas e castigos e acreditava que os autistas sentiam profundamente o estado do outro e poderiam encontrar a si mesmas, através de uma comunicação mesmo inconsciente, o prazer do sucesso. (SERRA, 2004, p. 36)

Serra (2004), traz à tona que a inclusão na escola se trata de algo além da inserção do aluno com N.E.E. na sala de aula regular, a fim de promover sua socialização. Segundo a autora, para que haja a inclusão de fato, deve-se promover maior socialização da criança com o transtorno do espectro autista, sem deixarmos de pensar em seu processo de aprendizagem, o que muitas vezes torna-se um obstáculo, já que os profissionais da educação focam nas dificuldades dos alunos com o espectro e não ressaltam suas conquistas, por menores que sejam no momento. Serra (2004) afirma ainda que, as atividades pedagógicas realizadas no ambiente escolar são socializadoras, especialmente quando se trata do segmento de Educação Infantil, em que a socialização constitui um objetivo educacional importante.

Cunha (2019) apresenta a necessidade de estimulação por parte dos profissionais envolvidos, principalmente do docente, da capacidade de se concentrar nas atividades propostas, uma vez que, segundo o autor, o que mais impede a aprendizagem do aluno autista em sua vida cotidiana é a dificuldade

em se concentrar na fala do outro e/ou aos processos de aprendizagem à sua volta.

O autor traz ainda três estágios, que segundo ele, deve-se observar durante a aprendizagem. No primeiro estágio, devemos nos atentar às habilidades que a criança já possui e as que ainda são necessárias adquirir, sendo necessário prender sua atenção e despertar na criança o desejo de aprender coisas novas. No segundo estágio, a criança descobre as atividades e como realizá-las, aproximando-se assim do professor e interagindo de forma mais efetiva, seguindo o que lhe está sendo proposto e muitas vezes pelo olhar, e não pela fala propriamente dita. No terceiro estágio, Cunha (2019) apresenta a ideia de um aluno que já reconhece a atividade que deve ser feita, a realiza, apesar de suas dificuldades, porém de uma forma mais independente, sem que o professor ou outro profissional de apoio tenha que auxiliá-lo constantemente.

Cunha (2019) enfatiza ainda que os alunos com N.E.E. não seguem em sua aprendizagem uma ordem fixa destes estágios, principalmente alunos com o espectro autista, uma vez que muitos apresentam prejuízos severos. Mercadante e Rosário (2009 apud VIEIRA, BALDIN, FREIRE, 2015, p. 6), afirmam que o processo de aprendizagem se trata de algo que “leva tempo e o resultado é variável, de acordo com o perfil neuropsicológico da criança”. Sendo assim, os estágios apresentados por Cunha (2019), devem ser utilizados como uma forma de nortear o trabalho do educador perante o aluno com dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os autores abordados, a fim de identificar os desafios mais presentes acerca da inclusão de alunos autistas, chegou-se à conclusão de que, faz-se necessário o aprimoramento da formação dos docentes em relação ao transtorno, sendo este o maior desafio encontrado atualmente.

É notável o despreparo dos profissionais da educação quanto ao transtorno do espectro autista, sendo necessário uma melhoria não somente na graduação, bem como que os docentes busquem por si só aprimoramentos, cursos, entre outros recursos sobre o assunto, para que se sintam cada vez mais preparados para lidar com o processo de inclusão.

É preciso que esse preparo não se dê somente com os docentes, mas também com os demais profissionais da instituição, uma vez que, para que os alunos com N.E.E. estejam de fato inclusos na escola, este trabalho deve ser feito em conjunto entre os docentes, gestores, profissionais de Atendimento Educacional Especializado (A.E.E.), ou qualquer outro profissional que esteja presente no acompanhamento deste aluno.

Além desta ideia de trabalho conjunto com os profissionais, estes devem ainda trabalhar juntamente aos pais e familiares, uma vez que devem sempre estar em consonância sobre o que é proposto e oferecido ao aluno. Ainda, torna-se necessário que apoiem o aluno em todos os momentos, para que ele não se sinta frustrado, ou incapaz de realizar o que for proposto caso algo não saia como o esperado, já que muitas vezes, os indivíduos focam somente nas dificuldades destes alunos, deixando de lado suas facilidades/habilidades.

Fica claro ainda, que ao pensarmos em inclusão, devemos levar em consideração principalmente o desenvolvimento da autonomia deste aluno. Antes de nos atentarmos ao ensino referente a temas abordados na aprendizagem escolar, devemos auxiliá-lo na aprendizagem de tarefas diárias/rotineiras, para que este aluno se torne independente em sua vida cotidiana.

Podemos assim, concluir que cada aluno é um ser único, com suas particularidades e sua subjetividade. Deve então, ser instruído de acordo com seus conhecimentos e habilidades já existentes, a fim de melhorá-los e de conquistar novos com o passar do tempo, que venham a colaborar com sua autonomia. Leva-se sempre em consideração que cada aluno terá seu tempo e ao nos atentarmos a isso, seremos capazes de encontrar meios que facilitem a inclusão de crianças com o espectro autista não somente no ambiente escolar, como na sociedade mais ampla.

REFERÊNCIAS

AMY, M.D. **Enfrentando o Autismo: a criança autista, seus pais e a relação terapêutica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2014.

BRASIL, **Constituição Federal**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

BRASIL, **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Ministério Público, 1996.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Wak ed, 2019.

KAFROUNI, R; PAN, M.A.G.S. **A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e os impasses frente à capacitação dos profissionais da educação básica: um estudo de caso**. Interação em Psicologia, Curitiba, v.5, p.33-46 dez. 2001.

MAZZOTTA, M.J.S; D'ANTINO, M.E.F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, v.20, n.2, p.377-389, 2011.

ROUDISNESCO, E; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Kahar, p.7-888, 1998.

SERRA, D.C.G. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos.** Dissertação de Mestrado em Educação. Centro de Ciências e Humanidades. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

TUSTIN, F. **Estados autísticos em crianças.** Tradução Joseti Marques Xisto. Rio de Janeiro: Imago, 1984.

UNESCO. **Declaração de Salamanca,** 1994. Disponível online em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2020.

VIEIRA, N. M.; BALDIN, S. R.; FREIRE, R. S. **Inclusão escolar de alunos com autismo: o que diz a literatura.** S/N. Disponível em: http://midia.unit.br/enfope/2013/GT6/INCLUSAO_ESCOLAR_ALUNOS_AUTISMO_QUE_DIZ_LITERATURA.pdf. Acesso em: 05 de novembro de 2019.